



LIÇÕES DO FUNDO PARA CONSTRUÇÃO DE ESCOLAS SOBRE MOBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA EM UGANDA

Há mais ou menos dez anos atrás, o governo de Uganda implantou o Programa Universal de Educação Primária, com o objetivo de aumentar a assiduidade escolar, melhorar a habilidade de ler e escrever e aumentar as taxas de educação em todo o país. Em menos de uma década, esta política gerou resultados excelentes, mais que o dobro de estudantes foram matriculados em escolas primárias, um salto de 2,9 milhões para 6,3 milhões de crianças.

“Consequentemente, houve uma escassez de salas de aula”, disse Zie Gariyo, da Rede da Dívida de Uganda, uma organização da sociedade civil que se tornou ativa no monitoramento dos programas de gastos locais. “Alguns alunos estavam estudando sob árvores ou em prédios em construção!”

Para acomodar a crescente demanda por salas de aula, um Fundo para a Construção de Escolas foi estabelecido no orçamento nacional, suprimindo cada distrito com verbas equivalentes a US\$ 600.000,00 para construir novas salas de aula e novas escolas.

Entretanto, a falta de conhecimento especializado de muitos representantes comunitários para supervisionar um programa de construção tão ambicioso, gerenciar uma construção e sua supervisão financeira, por si só tornou-se um processo educacional. O potencial de fraude foi particularmente problemático a medida que se espalharam rumores de ganhos por politicagem, corrupção de políticos locais e padrões inseguros de construção.

Em 2002, a Rede da Dívida de Uganda lançou uma rede de grupos de monitoramento comunitário em distritos fora da capital, para fiscalizar os novos gastos em escolas, assim como em outros serviços do governo. A rede organizou os cidadãos, dando a eles poder para solicitar aos representantes oficiais informações sobre gastos, monitorar a qualidade das construções e dos novos serviços. Os grupos comunitários usaram a informação em audiências públicas patrocinadas pelo programa, para chamar a atenção sobre a má qualidade do trabalho de renovação, o desaparecimento de equipamentos e suprimentos, e outros gastos desnecessários.

Zie lembra, “A Rede da Dívida de Uganda recebeu uma informação... um construtor contratado no Distrito de Katakwi no Nordeste de Uganda, completou a construção de três blocos de salas de aula para escolas primárias sem passar pelos processos normais de licitação, e estava exigindo o pagamento”.

Os grupos da comunidade local investigaram o projeto e descobriram que a qualidade da construção estava abaixo dos padrões. Uma vez que a companhia não se submeteu aos procedimentos apropriados, a possibilidade de corrupção não pode ser judicialmente comprovada. A Rede da Dívida de Uganda fez uma petição para que o Escritório do Primeiro Ministro e o Ministério da Educação e Esportes conduzissem uma investigação sobre o trabalho da companhia, e um relatório concluiu que a construção realmente estava abaixo dos padrões, revelando que a construtora estava envolvida em corrupção com os representantes do governo local. A Rede da Dívida de Uganda comprovou suas suspeitas, e o pagamento à empresa contratada foi negado.

“Quando os recursos não são adequadamente monitorados, os resultados podem levar a corrupção do governo, telhados de escolas sendo arrancados por tempestades, salas de aula incompletas e prédios com rachaduras nas paredes e no piso”, explica Zie.

Quando A Rede da Dívida de Uganda iniciou seus trabalhos, muitos representantes locais foram resistentes em liberar informações sobre gastos aos grupos comunitários e eram lentos e sem vontade de agir nos assuntos trazidos a sua atenção. Mas o trabalho dos grupos comunitários resultou em práticas como exibir informações financeiras em quadros de avisos públicos, restituição pelos representantes do governo de suprimentos e bens indevidamente adquiridos, diminuição das faltas dos professores e melhoria da qualidade dos prédios das escolas. Em nível nacional, as informações disponibilizadas por grupos comunitários também permitiu que Rede da Dívida de Uganda defendesse, na prática, procedimentos representativos mais eficazes e outras medidas para melhorar os serviços.

A Rede da Dívida de Uganda continua a trabalhar com as comunidades para monitorar o desempenho dos governos locais, de maneira a assegurar que os recursos sejam alocados e usados apropriadamente e para que a corrupção seja detectada e detida com rapidez. Gariyo relata com orgulho que o “Sistema de Avaliação Monitorado pela Comunidade” da Rede da Dívida de Uganda (Community Based Monitoring Evaluation System) é o primeiro do seu tipo no país e, através dele, os membros da comunidade podem comentar abertamente sobre a qualidade dos serviços públicos prestados.

Criado em 1996, como parte da campanha para redução do débito de Uganda, a Rede da Dívida de Uganda concentra sua atenção na melhoria do governo e na redução da pobreza em Uganda, monitorando a aplicação do orçamento em níveis locais de governo.

A Rede da Dívida de Uganda planeja utilizar os resultados do *Índice do Orçamento Aberto 2006* do Projeto Internacional de Orçamento, para despertar a atenção, entre os representantes do governo, Parlamento e do público, sobre a importância da transparência do orçamento.

O *Índice do Orçamento Aberto* esta disponível no site: www.openbudgetindex.org